



## Senadores pedem ampla reforma da legislação eleitoral

Discursos na sexta-feira foram dominados por críticas a práticas como a troca frequente de partidos e pela defesa de uma reforma eleitoral ampla e radical



Cristovam Buarque e Pedro Simon estão entre os críticos das regras eleitorais

**O** indeferimento pelo Tribunal Superior Eleitoral do pedido de registro da Rede Sustentabilidade, partido organizado pela ex-senadora Marina Silva, gerou críticas à fragilidade das regras. Na véspera do fim do prazo para mudança de partido de quem quer ser candidato em 2014, senadores também criticaram as trocas frequentes e a busca por coligações e pediram uma ampla reforma política. **3**



Marcos Oliveira/Agência Senado

Boudou (E) entregou a Renan uma camisa da seleção argentina de futebol

### Presidente do Senado argentino se reúne com Renan

Em Brasília, o presidente do Senado argentino, Amado Boudou, conver-  
sou na sexta-feira com o presidente do Senado brasileiro, Renan Calheiros, sobre a importância das

boas relações entre os dois países para o desenvolvimento da América Latina. Segundo Renan, as duas instituições têm o papel de ajudar no aprimoramento do Mercosul. **2**

Na pauta desta semana, projeto sobre número de deputados **4**

Congresso faz sessão hoje para celebrar 60 anos da Petrobras **2**



Arquivo ABr

### Constituição Cidadã completa 25 anos

Promulgação da Lei Maior consolidou o processo de redemocratização do Brasil. Para comemorar a data, Senado lança página na internet sobre o tema. **3**

Constituintes celebram no dia 5 de outubro de 1988 a promulgação da chamada Constituição Cidadã

## Alô Senado

É fácil participar

O **Alô Senado** tem a finalidade de oferecer um canal de comunicação gratuito entre a população e os senadores.

O atendimento telefônico é realizado de segunda a sexta-feira, das 8h às 19h, pelo **0800 612211**.

O atendimento eletrônico está disponível pelo site [www.senado.leg.br/alosenado](http://www.senado.leg.br/alosenado). Por meio desse canal de comunicação, o cidadão pode expressar opiniões e críticas sobre o trabalho parlamentar, bem como oferecer sugestões e esclarecer dúvidas.

**Senado + transparente.**  
**A informação ao seu encontro.**



Marcos Oliveira/Agência Senado



O presidente do Senado argentino, Amado Boudou (E), conversa com Renan; à direita, Sarney, Viana e Cristovam

# Renan recebe presidente do Senado da Argentina

Amado Boudou, que também é vice-presidente da República, conversou com senadores brasileiros sobre a importância das relações entre os dois países para o desenvolvimento da América Latina

O PRESIDENTE DO Senado da Argentina, Amado Boudou, visitou na sexta-feira o Senado brasileiro e debateu com parlamentares a importância das relações entre os dois países para o desenvolvimento da América Latina.

Ele, que também é vice-presidente da República, foi recebido pelo presidente do Senado, Renan Calheiros, pelo primeiro-vice-presidente da Casa, Jorge Viana, e pelos senadores José Sarney (PMDB-AP) e Cristovam Buarque (PDT-DF).

Boudou ressaltou a necessidade de intensificar a relação entre o Senado argentino e o brasileiro. Renan citou o último discurso da presidente Dilma Rousseff na Organização das Nações Unidas (ONU) e a

proposta dela de estabelecer um marco regulatório para a internet e a proteção contra a espionagem.

— Precisamos acelerar o diálogo entre as Casas legislativas dos dois países para avançar nossa agenda bilateral e do Mercosul — afirmou.

Sarney afirmou que a criação do Mercosul foi o fato mais importante da história da relação entre os dois países. O senador lembrou o papel de ambos os países na estabilidade política da América Latina. Cristovam disse que a Argentina, desde a independência, serviu de exemplo para a América Latina na área da educação.

Jorge Viana destacou a necessidade de aperfeiçoar a legislação para facilitar as relações econômicas bilaterais.

**Argentina**

- » Área: 2.737.000 km²
- » Capital: Buenos Aires
- » População: 41 milhões
- » PIB per capita: US\$ 11.576
- » Exportações brasileiras: US\$ 18 bilhões
- » Importações brasileiras: US\$ 16,4 bilhões

Fonte: Ministério das Relações Exteriores

## Orçamento impositivo já tem 18 emendas

Até sexta-feira, 18 emendas haviam sido apresentadas à proposta (PEC 22A/2000) que torna obrigatória a liberação de emendas parlamentares ao Orçamento da União e cria uma fonte de financiamento estável para a saúde pública.

O prazo para os senadores proporem alterações no texto aprovado pela Câmara acaba hoje, às 18h30. A manifestação final do relator, Eduardo Braga (PMDB-AM), sobre as sugestões de mudança só deverá ser conhecida amanhã, às 14h30, quando o substitutivo será votado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Braga divulgou uma versão preliminar do substitutivo na reunião da CCJ de quarta-feira.

## Congresso comemora 60 anos da Petrobras

O Congresso comemora hoje, às 11h, em sessão solene, o aniversário de 60 anos de fundação da Petróleo Brasileiro S.A., a Petrobras. A sessão será realizada no Plenário do Senado. A presidente da estatal, Graça Foster, participa da solenidade.

A homenagem foi requerida pelo senador Inácio Arruda (PCdoB-CE), com apoio do deputado federal Luiz Alberto (PT-BA).

No requerimento, Inácio Arruda afirma que a Petrobras “é sinônimo de ousadia e inovação tecnológica” e, também, do talento do povo brasileiro. Ele acrescenta que é preciso lutar em defesa da Petrobras, “uma empresa genuinamente brasileira, patrimônio econômico e social do povo brasileiro”.

## AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



SEGUNDA

- PLENÁRIO Sessão de discursos**  
14h A sessão é não deliberativa, destinada a pronunciamentos de senadores.
- PRESIDÊNCIA 60 anos da Petrobras**  
11h O senador Renan Calheiros preside sessão do Congresso em comemoração aos 60 anos da Petrobras.
- CONGRESSO Aniversário de estatal**  
11h Sessão solene do Congresso para comemorar os 60 anos da Petrobras.
- CDH Navios**  
10h Audiência pública interativa debate o sistema de passageiros e tripulantes de navios de bandeira nacional e estrangeira.
- CE Exclusão escolar**  
10h A exclusão escolar e os impactos do trabalho infantil são temas de audiência pública na Comissão de Educação.
- CONSELHO DE COMUNICAÇÃO Comissões**  
11h30 Distribuição de matérias entre as comissões temáticas do Conselho de Comunicação Social do Congresso Nacional.
- SUBCOMISSÃO DA ECONOMIA Debate**  
18h30 Para discutir sobre investimento, a subcomissão que trata de temas estruturais e de longo prazo da economia, no âmbito da CAE, realiza audiência pública.

TERÇA

- CMA Cancelamento de voo**  
8h30 Passageiro poderá receber indenização por cancelamento de voo. É o que estabelece projeto na pauta da comissão.
- CCT Forças Armadas**  
9h Audiência para debater as atividades de pesquisa e inovação e os investimentos nos centros de tecnologia das Forças Armadas.
- CAE ICMS**  
9h45 Indicação de Fernando Azevedo e Silva para a Autoridade Pública Olímpica. Às 10h, audiência sobre a reforma do ICMS.
- CE Plano Nacional de Educação**  
10h Audiência sobre o Plano Nacional de Educação. Participam, entre outros, Daniel Cara, coordenador-geral da Campanha Nacional pelo Direito à Educação.

QUARTA

- CAS Aposentadoria especial**  
11h Em debate, a aposentadoria especial para trabalhador da construção civil.
- CCJ Orçamento impositivo**  
14h30 PEC que institui o orçamento impositivo e deve incluir regra para financiamento da saúde é o único item em pauta.
- SEGURANÇA PÚBLICA Financiamento**  
15h Reunião para apresentação do plano de trabalho da comissão que propõe soluções para o financiamento da segurança pública.
- CMO Votação do relatório**  
15h A Comissão Mista de Orçamento pode votar o relatório final da proposta de Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2014.
- LIVRO Lançamento**  
18h Lançamento do livro *Ética e Política*, escrito pelo ex-senador Roberto Saturnino Braga.
- CI Telecomunicações**  
7h30 Audiência sobre gerenciamento das telecomunicações e votação de projeto sobre adaptação de táxis a cadeirantes.
- CAS Contrato de trabalho**  
9h Projeto altera a CLT para instituir a suspensão do contrato de trabalho em caso de crise financeira de empresa.
- CDR/CRE Segurança na fronteira**  
9h Audiência sobre segurança pública na fronteira. O secretário da Receita, Carlos Alberto Freitas Barreto, é um dos convidados.
- CCJ Registro de nascimento**  
10h Projeto que permite à mulher proceder ao registro de nascimento do filho.
- SEMINÁRIO Pessoas com deficiência**  
10h A Câmara e o Senado promovem o Seminário Nacional sobre Direitos das Pessoas com Deficiência.
- CPI DA ESPIONAGEM Glenn Greenwald**  
14h A CPI ouve Glenn Greenwald e David Miranda, sobre as denúncias de espionagem dos Estados Unidos no Brasil.

QUINTA

- CDH Violência contra jovens negros**  
8h Audiência pública interativa para debater o extermínio de jovens negros no Brasil.

### SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

### TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das **10h**, segundo o Regimento Interno e o Ato 21/2009 da Comissão Diretora, **a reunião da Comissão de Direitos Humanos**. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet ([www.senado.leg.br/tv](http://www.senado.leg.br/tv)) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

#### MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente:** Renan Calheiros  
**Primeiro-vice-presidente:** Jorge Viana  
**Segundo-vice-presidente:** Romero Jucá  
**Primeiro-secretário:** Flexa Ribeiro  
**Segunda-secretária:** Ângela Portella  
**Terceiro-secretário:** Ciro Nogueira  
**Quarto-secretário:** João Vicente Claudino  
**Suplentes de secretário:**  
 Magno Malta, Jayme Campos, João Durval, Casildo Maldaner

**Diretor-geral:** Helder Rebouças  
**Secretária-geral da Mesa:** Claudia Lyra

#### SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

**Diretor:** Davi Emerich  
**Diretor-adjunto:** Flávio de Mattos  
**Diretor de Jornalismo:** Eduardo Leão

#### AGÊNCIA SENADO

**Coordenador:** Marco Antonio Reis (61) 3303-3327  
**Chefia de Reportagem:** Teresa Cardoso e Sheyla Assunção  
**Edição:** Ester Monteiro, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia  
**Site:** [www.senado.leg.br/noticias](http://www.senado.leg.br/noticias)

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

## JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

**Coordenador:** Flávio Faria (61) 3303-3333  
**Editor-chefe:** Sílvio Burle  
**Editores:** André Falcão, Juliana Steck, Marcio Maturana e Ricardo Westin  
**Diagramação:** Ronaldo Alves e Sandro Alex  
**Revisão:** Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão  
**Coordenação de fotografia:** Paula Cinquetti  
**Tratamento de imagem:** Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino  
**Arte:** Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez  
**Circulação e atendimento ao leitor:** Shirley Velloso (61) 3303-3333

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Seep)

Troca-troca partidário e busca desenfreada por coligações foram considerados distorções pelos senadores em discursos na sexta-feira. Eles apontaram a reforma política como solução possível



Entre apoiadores, Marina assiste à sessão do TSE que acabou rejeitando a criação do partido Rede Sustentabilidade

## Impasse sobre Marina gera críticas às leis eleitorais

A DECISÃO DO Tribunal Superior Eleitoral (TSE) de rejeitar o registro da Rede Sustentabilidade, partido organizado pela ex-senadora Marina Silva, foi um dos temas tratados em Plenário pelos senadores na sexta-feira, assim como o troca-troca partidário e a busca desenfreada por coligações, que eles consideraram distorções da vida partidária.

Jorge Viana (PT-AC) citou artigo da própria Marina para dizer que partidos que buscam primeiro registrar-se, para só depois obter uma base social, conseguem o intento. Ele também lamentou o troca-troca partidário e disse que a democracia perdeu:

— É um jeitinho para que as pessoas possam mudar de partido sem ficar caracterizada a infidelidade. As regras continuam frágeis, estimulam os profissionais da política e prejudicam aqueles que vêm com sonho, com sentimento.

O senador fez um apelo à sociedade e aos políticos para que se faça verdadeiramente uma reforma eleitoral. Disse ainda que a democracia perderá se Marina não puder concorrer e sugeriu que se modifique a legislação para permitir a candidatura avulsa. Em aparte a Viana, também sugeriram modificações nas

leis eleitorais Cristovam Buarque (PDT-DF) e Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR).

Pedro Simon (PMDB-RS) disse que, apesar de respeitar os seis ministros do TSE que votaram contra o novo partido de Marina, não é possível duvidar que ela tenha conseguido as assinaturas necessárias para o registro.

— Podemos estranhar que o Paulinho da Força, sozinho, praticamente, tenha conseguido as assinaturas. Podemos estranhar que donos do frigorífico de Goiás, que ninguém sabe quem é nem quem não é, conseguiram as assinaturas. Mas alguém tem alguma dúvida de que a Marina conseguiu? — questionou.

### Medidas provisórias

Simon também criticou o abuso das medidas provisórias, dizendo que nem deveriam existir no presidencialismo.

Em aparte, Paulo Paim (PT-RS) concordou com Simon e disse que apresentou uma proposta de emenda à Constituição para acabar com as medidas provisórias.

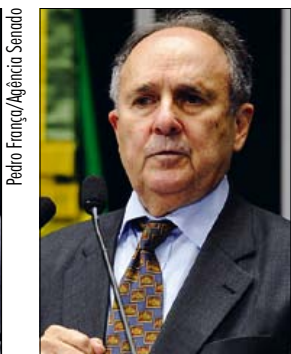
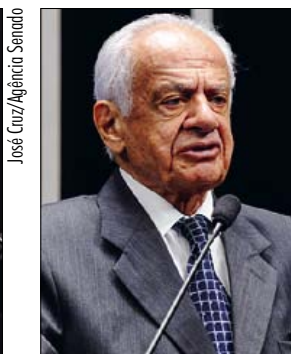
— É um desrespeito ao Parlamento o Executivo ter mais direito do que nós de legislar. Do dia para a noite, você dorme com uma legislação e acorda com outra — criticou.

Cristovam Buarque sugeriu que os parlamentares ouçam a voz das ruas e promovam mudanças verdadeiras no sistema político-eleitoral. Ele defende uma assembleia constituinte exclusiva para as alterações, composta por parlamentares que ficariam impedidos de concorrer a cargos políticos por vários anos. Entre as mudanças, o senador propôs o fim do voto secreto no Legislativo, do recesso parlamentar, das coligações no primeiro turno, do fundo partidário, do financiamento de campanha por pessoa jurídica e da reeleição por mais de uma vez.

Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) lembrou que Marina está na segunda posição nas pesquisas sobre a eleição presidencial do ano que vem e que ela obteve quase 20 milhões de votos em 2010.

Para o senador, a repercussão em torno da criação da Rede Sustentabilidade evidencia a necessidade de modificar radicalmente as regras eleitorais. Ele defendeu o voto aberto no Legislativo e denunciou pressões do governo do Distrito Federal para que empresários se desfilassem do PSB se quiserem ter acesso a programas e verbas.

— Estou chocado com o uso da máquina governamental.



Viana, Simon, Cristovam e Rollemberg lamentam a rejeição da criação do partido de Marina e sugerem mudanças nas leis

## Decisão sobre Rede já era esperada, diz Renan

O presidente do Senado, Renan Calheiros, disse na sexta-feira que já era esperada a decisão do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) de negar o registro de funcionamento ao

partido Rede Sustentabilidade, da ex-senadora Marina Silva.

Renan lembrou que a legislação facilita a criação de partidos políticos e lamentou que, mesmo assim, Marina

Silva não tenha conseguido criar a Rede Sustentabilidade.

Para ele, “se há algo anárquico no Brasil que precisa ser modificado, é a legislação eleitoral”.



25 ANOS DA CONSTITUIÇÃO

## Constituição federal faz 25 anos em sintonia com a voz das ruas

Completo 25 anos no sábado o gesto histórico de Ulysses Guimarães erguendo, no Plenário da Câmara dos Deputados, o primeiro exemplar da Constituição Cidadã. Elaborado em um 1 e 8 meses por 487 deputados e 72 senadores, o texto devolveu o país, de forma integral, ao estado de direito, depois de 20 anos de arbítrio e 3 anos e meio de transição.



e persistente onda de protestos por novos costumes políticos e pela melhoria dos gastos e dos serviços públicos. Na vanguarda das manifestações, milhares de jovens têm entrado em conflito com a polícia militar, acusada de reprimir com violência os manifestantes e de ser uma instituição com origem na ditadura.

— Declaro promulgado o documento da liberdade, da dignidade, da democracia, da justiça social do Brasil. Que Deus nos ajude para que isso se cumpra! — disse o Timoneiro da Democracia naquele chuvoso 5 de outubro de 1988, quando o então deputado coroou sua luta como líder da oposição durante a ditadura militar.

Convocada pelo então presidente da República, José Sarney, a Constituinte cuidou não apenas das questões típicas do Direito, mas também legou ao país um conjunto de normas que resgatavam enorme dívida social — daí o epíteto de cidadã, que a marcaria para sempre.

Se passou a exigir autorização judicial para que a polícia fizesse operações de busca e apreensão, no campo das garantias sociais, introduziu, por exemplo, o direito à licença-paternidade.

Em 25 anos, o país mudou de forma sensível: estabilizou a economia e realizou um amplo projeto de inclusão social. Também fortaleceu instituições como o Congresso e o Ministério Público. E garante a cada dois anos a possibilidade de os cidadãos manifestarem a própria vontade em eleições.

Paradoxalmente, no ano em que a nova ordem constitucional completa um quarto de século, o país vive uma ampla

Apesar do debate que se trava em torno desse conflito, é na Constituição que a leva de manifestantes tem se apoiado para garantir o direito a uma nova ordem política e social, o que mostra a força e a legitimidade do texto escrito entre 1987 e 1988.

A importância desse aniversário levou o presidente do Senado, Renan Calheiros, a convocar sessão especial do Plenário da Casa em 29 de outubro, às 11h, de modo a sincronizar os pronunciamentos com uma exposição comemorativa.

Na ocasião, será entregue a Medalha Ulysses Guimarães ao senador José Sarney; ao vice-presidente da República, Michel Temer; ao relator da Constituinte, o ex-deputado e ex-senador Bernardo Cabral; ao relator da Comissão de Sistematização da Constituinte, ex-deputado Nelson Jobim; e aos ex-presidentes Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva. As homenagens no Plenário da Câmara serão no dia 9, às 10h.

Em alusão à data, a Secretaria de Comunicação do Senado está publicando um site multimídia com material produzido pela Agência, **Jornal do Senado**, TV e Rádio Senado.

Veja o site sobre os 25 anos da Constituição <http://bit.ly/CF25anos>



Galerias da Câmara lotadas durante a promulgação da Constituição em 1988

## Senadores lembram papel de Sarney na transição para a democracia

Paulo Paim (PT-RS) fez na sexta-feira, no Plenário, uma homenagem a José Sarney (PMDB-AP), lembrando que ele, na condição de presidente da República, convocou a Assembleia Nacional Constituinte responsável pelo texto promulgado em 5 de outubro de 1988.

— Por isso, hoje nós falamos com orgulho que estivemos lá e que Vossa Excelência foi um estadista, como presidente da República, dando ao Brasil a iniciativa da construção da nossa Constituição tão festejada hoje — disse Paim, no momento em que Sarney chegava para a sessão.

A homenagem foi reforçada por

Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR), que lembrou o papel de Sarney na transformação dos territórios de Roraima e do Amapá em estados e na criação da Universidade Federal de Roraima.

— Foi fundamental a presença dele [Sarney] como um presidente democrático e conciliador — afirmou Mozarildo.

A importância de Sarney na transição para a democracia também foi lembrada pelo presidente do Senado, Renan Calheiros, durante o lançamento de um livro sobre os 25 anos da Constituição, na quinta-feira.

Paim, Mozarildo e Renan foram deputados constituintes.



Moineira Maniz/Agência Senado

Texto que obriga autoridades a cargos públicos aprovados pela Casa a prestarem contas anualmente está na pauta do Plenário

## Vagas da Câmara estão entre as urgências desta semana

Apesar de a pauta do Senado estar trancada pela medida provisória que dá R\$ 1,5 bilhão a prefeituras, tramitam em regime de urgência a redistribuição do número de deputados e regras para criar municípios

O PLENÁRIO DO Senado deve votar nesta semana três propostas em regime de urgência: o PDS 85/2013, que rejeita mudanças do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) para distribuição das vagas na Câmara dos Deputados; o PLC 43/2013, sobre o fuso horário do Acre e parte do Amazonas; e o substitutivo ao projeto de lei que regulamenta a criação de municípios (SDC 98/2002).

Mas a pauta está trancada pela Medida Provisória 624/2013, que destina R\$ 1,5 bilhão aos municípios como ajuda financeira e R\$ 148 milhões para subvenção a produtores de cana-de-açúcar do Nordeste. A MP perde a validade no dia 13. De acordo com o governo, o dinheiro deverá ser destinado à melhoria da qualidade de serviços como saneamento e transporte público, mas não há destinação específica na MP.

O PDS 85/2013, de Eduardo Lopes (PRB-RJ), suspende a resolução administrativa do TSE que redefine o número de deputados federais, estaduais e distritais. Pela decisão do TSE, o Pará ganha quatro cadeiras na Câmara. Minas Gerais, Ceará, Santa Catarina e Amazonas também terão mais deputados, mas Paraíba, Piauí, Pernambuco, Paraná, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Alagoas e Rio Grande do Sul perdem representantes. Se aprovada no Plenário, a proposta ainda deve ser votada pela Câmara.

### Duas horas a menos

O PLC 43/2013 retorna o fuso horário do Acre e da parte ocidental do Amazonas para duas horas a menos em relação a Brasília. Os fusos haviam sido alterados em 2008, sob o argumento de que a população local sofria prejuízos econômicos, sociais e culturais.

No horário de verão, a diferença passava para três horas.

O SDC 98/2002 devolve às assembleias legislativas a condição de votar a criação de municípios, suspensa há 17 anos.

O Plenário também pode votar, em primeiro turno, a PEC 89/2011, que obriga ocupantes de cargos públicos aprovados pelo Senado a prestarem contas anualmente à Casa.

— Esta é uma luta histórica desde a época do surgimento das agências reguladoras — disse Walter Pinheiro (PT-BA).

A ordem do dia tem outros 33 itens, entre propostas de emenda à Constituição, projetos de lei e requerimentos. Entre as propostas em regime de urgência, há também o PLS 15/2011, que institui o Programa Fronteira Agrícola Norte, com incentivos para municípios em faixa de fronteira no Amapá, Pará, Roraima, Amazonas, Rondônia e Acre.

### Mozarildo aponta problemas de Roraima após 25 anos de criação

Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) destacou em Plenário na sexta-feira os 25 anos da criação do estado de Roraima. O parlamentar lembrou ter sido necessária uma longa batalha na Assembleia Constituinte para que a região deixasse de ser uma autarquia territorial para se tornar um ente federado.

Na opinião de Mozarildo, de 1988 a 2007, houve muitos avanços e a população local só ganhou com a criação do estado. Todavia, afirmou ele, de 2007 para cá houve uma estagnação e o povo vem “sendo assaltado de todas as formas”.



Pedro Franco/Agência Senado

Mozarildo diz que, desde 2007, Roraima está falida e endividada



Waldemir Borges/Agência Senado

Paim explica que agricultores não têm como pagar taxas de tratores

### Paim pede isenção de licenciamento para pequeno produtor

Paulo Paim (PT-RS) apelou em Plenário, na sexta-feira, pela aprovação de regime de registro e licenciamento de tratores que proteja pequenos produtores rurais da cobrança de taxas e impostos. Depois de relatar reunião da bancada de senadores do Rio Grande do Sul com representantes dos produtores familiares gaúchos, o parlamentar manifestou apoio a projeto sobre o assunto que já está tramitando no Senado, o PLC 57/2013.

A proposta modifica o Código de Trânsito Brasileiro, desobrigando as máquinas agrícolas do registro e do licenciamento anual.

## Em debate hoje, situação de passageiros de navios

A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) fará hoje uma audiência pública sobre a situação de passageiros e tripulantes de navios nacionais e estrangeiros. A audiência atende a requerimento de Paulo Paim (PT-RS), preocupado com o “sistema degradante” a que tripulantes e passageiros são submetidos.

Para o debate, foram convidados o presidente do Sindicato Nacional dos Oficiais da Marinha Mercante (Sindmar), Severino Almeida Filho, e a assessora da Federação Nacional dos Trabalhadores em Transportes Aquaviários e Afins Ana Maria Pinto Canellas. O Ministério do Trabalho e a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da

República também deverão enviar representantes.

A audiência vai contar com a presença de parentes de pessoas que se envolveram em incidentes em navios. É o caso de Rosângela Bandeira, mãe de Camilla Peixoto Bandeira, encontrada morta, em 2010, no navio em que trabalhava. Camilla foi supostamente assassinada pelo próprio namorado, que também era tripulante da embarcação.

### ACOMPANHE E PARTICIPE ÀS 10H

▶ Tempo real: <http://bit.ly/CDHNavios>

▶ Portal e-Cidadania: [www.senado.leg.br/ecidadania](http://www.senado.leg.br/ecidadania)

▶ Facebook: [eCidadaniaSF](https://www.facebook.com/ecidadaniaSF)

▶ Twitter: [#Navios](https://twitter.com/e_cidadania)

▶ Taquigrafia: <http://bit.ly/notasNavios>

▶ TV: [www.senado.leg.br/TV](http://www.senado.leg.br/TV)

▶ Alô Senado: 0800 612211

## Exclusão escolar e trabalho infantil serão temas de audiência pública



M. Cruz/OIT

“Fora da escola não pode: o contexto da exclusão escolar no país e os impactos do trabalho infantil.” Esse é o tema da audiência pública a ser realizada hoje, às 10h, pela Comissão de Educação.

A reunião é uma iniciativa de Cristovam Buarque (PDT-DF) e terá a participação do criador da Marcha Global contra o Trabalho Infantil, Kailash Satyarthi, indicado ao Prêmio Nobel da Paz em 2006.

A pesquisa *Fora da Escola Não Pode! O Desafio da Exclusão Escolar* é uma iniciativa do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), desenvolvida em parceria com a Campanha Nacional pelo Direito à Educação, desde 2010, para enfrentar a exclusão escolar no país.

Comissão vai debater impacto do trabalho infantil na exclusão escolar

## Subcomissão discute baixa taxa de investimento no país

As formas de alterar o quadro de baixa taxa de investimento na produção serão discutidas hoje na Subcomissão dos Temas Estruturais e de Longo Prazo da Economia Brasileira, vinculada à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Foram convidados, entre outros, Luciano Coutinho, presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento

Econômico e Social (BNDES); Márcio Holland, secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda; Mansueto Almeida, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea); e Paulo Godoy, presidente da Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústrias de Base (Abdib). A subcomissão, criada em março, é presidida por Cristovam Buarque (PDT-DF).



Pedro Franco/Agência Senado

Presidente do BNDES, Luciano Coutinho é um dos convidados do encontro



José Cruz/Agência Senado

Figueiró diz que governo não consegue solução para pagamento

### Figueiró quer solução para conflito agrário em Mato Grosso do Sul

Em pronunciamento na sexta-feira, Ruben Figueiró (PSDB-MS) criticou a demora na solução dos conflitos envolvendo índios e fazendeiros em Mato Grosso do Sul. Segundo o parlamentar, houve um “rompimento no entendimento” firmado entre os governos federal e estadual e os produtores rurais sobre a forma de pagamento da compra de terras em área de litígio no município de Sidrolândia, epicentro da crise.

Figueiró disse que os fazendeiros estão aguardando há mais de cem dias a indenização das fazendas que estão em áreas conflituosas.